



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

241

Habeas Corpus nº: 0202533-6

Comarca: Garanhuns (1ª Vara Criminal)

Impetrante: Bel. Giorgio Schamm Rodrigues Gonzalez

Pacientes: Adelmo Ferreira da Silva e Franklin Rafael Gomes Ferreira da Silva

Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal

Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade

Procurador de Justiça Criminal: Dr. Mário Germano Palha Ramos

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIMINAR. Alegação por parte do Impetrante de constrangimento ilegal por excesso de prazo. Inocorrência. Feito Complexo. Excessivo número de réus, com defensores diversos. Princípio da Razoabilidade. Inteligência da Súmula nº 84 do TJPE. **ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

ACÓRDÃO

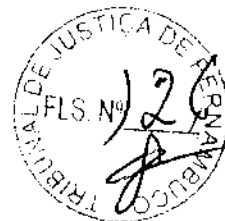
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº0202533-6 da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns, em que figuraM, como impetrante, o Bel. Giorgio Schamm Rodrigues Gonzalez e, como paciente, **ADELMO FERREIRA DA SILVA E FRANKLIN RAFAEL GOMES FERREIRA DA SILVA**, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em **DENEGAR** a presente ordem de Habeas Corpus, tudo consoante consta do relatório e voto em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 19 de *junho* de 2010.

Romero de Oliveira Andrade
Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



242

Habeas Corpus nº: 0202533-6
Comarca: Garanhuns (1ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. Giorgio Schamm Rodrigues Gonzalez
Pacientes: Adelmo Ferreira da Silva e Franklin Rafael Gomes Ferreira da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procurador de Justiça Criminal: Dr. Mário Germano Palha Ramos

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel. Giorgio Schamm Rodrigues Gonzalez, OAB-PE 910-B, em favor de **ADELMO FERREIRA DA SILVA E FRANKLIN RAFAEL GOMES FERREIRA DA SILVA**, devidamente qualificados nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Garanhuns-PE.

Alega o impetrante que os pacientes encontram-se sofrendo constrangimento ilegal, por excesso de prazo, em razão de encontrarem-se segregados há mais de 150 (cento e cinquenta) dias sem qualquer justificativa e, também, sem nenhuma contribuição por parte da defesa para o prolongamento excessivo da instrução processual (fls.02/13).

Dessa forma, requer a dispensa da colheita de informações junto à autoridade coatora, diante da farta documentação acostada aos autos e pugna pela concessão da ordem liminarmente, com o relaxamento de prisão e a expedição do competente Alvará de Soltura em favor dos pacientes. Liminar esta que deve ser confirmada no mérito, caso concedida.

A inicial veio acompanhada de documentos (fls 15/88).

O pedido de liminar constante da peça inaugural foi indeferido (fls.96/97).

Informações foram solicitadas à autoridade coatora, através do ofício nº475/2009, de 17 de novembro de 2009 (fls.98).



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



243

Em 07 de dezembro de 2009, a autoridade apontada como coatora prestou as informações solicitadas, permitindo-me observar andamento processual até a referida data (fls.102/113)

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria em Matéria Criminal, na pessoa do Procurador de Justiça Dr. Mário Germano Palha Ramos, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls.117/121).

É o relatório.

Recife, 19 de janeiro de 2010


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



244

Habeas Corpus nº: 0202533-6
Comarca: Garanhuns (1ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. Giorgio Schamm Rodrigues Gonzalez
Pacientes: Adelmo Ferreira da Silva e Franklin Rafael Gomes Ferreira da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procurador de Justiça Criminal: Dr. Mário Germano Palha Ramos

VOTO DO RELATOR

Senhor Presidente,
Senhores Desembargadores,
Senhor(a) Procurador(a)

Importante mencionar que os pacientes foram denunciados e presos preventivamente por suposta violação aos arts. 157, §3º, c/c art. 288, § único, todos do Código Penal, juntamente com mais 03 outros agentes.

Na inicial, o impetrante alega que os pacientes encontram-se sofrendo constrangimento ilegal, por excesso de prazo, em razão de encontrarem-se segregados há mais de 150 (cento e cinquenta) dias sem qualquer justificativa e sem que a defesa tenha dado causa a tal demora (fls.02/13).

Todavia, compulsando os autos, verifico que o inconformismo do impetrante não merece acolhimento.

Sabemos que o prazo para encerramento da instrução processual foi estabelecido pela doutrina e a jurisprudência e não pode ser tomado como absoluto. Cabe ao juiz, diante do caso concreto e suas peculiaridades, analisar a existência ou não do excesso de prazo.

Desta forma, o simples vencimento dos prazos legais não assegura ao réu o direito a liberdade. O atraso no encerramento da instrução deverá ser injustificado e provocado por atos do magistrado ou do Órgão Ministerial.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



245

Além disso, a alegação de excesso de prazo deve ser analisada caso a caso, dentro da realidade processual vigente e diante do princípio da razoabilidade.

No caso em apreço, segundo as informações prestadas pela autoridade impetrada, verifica-se que o feito está com seu curso normal, ainda mais quando se leva em conta a complexidade do caso e o grande número de réus envolvidos no processo em epígrafe, no caso, 05 (cinco).

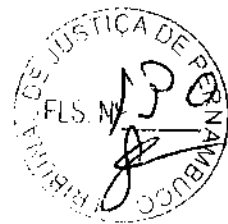
Sendo assim, não configurando o retardo processual em tela um constrangimento ilegal efetivo e, ainda, considerando a gravidade do delito supostamente praticado pelos ora pacientes, entendo que estes fatos não recomendam a soltura dos mesmos, nesta oportunidade.

À guisa de esclarecimentos, trago à colação alguns julgados recentes:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADE POR AUSÊNCIA DE DEFESA PRÉVIA DE CÔRREU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE DA PROVA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI E PERICULOSIDADE DOS AGENTES. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE JUSTIFICADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ART. 312 DO CPP. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DE CULPA. COMPLEXIDADE DO FEITO (ELEVADO NÚMERO DE RÉUS). AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. (...) 5: O excesso de prazo para o término da instrução criminal, segundo pacífico magistério jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando circunstâncias excepcionais que venham a retardar a instrução criminal e não se restringindo à simples soma aritmética de prazos processuais. 6. Tratando-se de ação penal complexa, com grande número de réus denunciados, justifica-se a exasperação do prazo na conclusão da instrução criminal. (...) 8. Ordem denegada. (STJ: HC nº HC 130987 / BA HABEAS CORPUS 2009/0044127-2, Ministro



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



246

ARNALDO ESTEVES LIMA (1128), T5 - QUINTA TURMA,
Data de Julgamento: 03/08/2009). (grifos nossos)

Cumpre, ainda, destacar a **Súmula nº 84 do TJPE**, que assim dispõe: "Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto".

ISTO POSTO, acolhendo o parecer oferecido pelo Órgão Ministerial *ad quem*, voto pela **DENEGACÃO** da ordem.

É como voto.

Recife, 17 de *junho* de 2010

DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
Relator